

REGISTRO

2015

23/JUN

Nº 289

CUT

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

CATEGORIA REJEITA PROPOSTA E EXIGE RESPEITO AOS DIREITOS

Em assembleias realizadas em todo o Estado, os trabalhadores rejeitaram a contraproposta da Copasa às reivindicações da categoria para o Acordo Coletivo de Trabalho 2015.

Lida em sua íntegra nas assembleias, a contraproposta patronal causou indignação nos trabalhadores, que atacaram duramente a intenção de

cortar direitos, lembrando à direção da empresa que nossos salários são vergonhosamente baixos, tanto que a categoria coloca como uma das emergências a construção imediata de um Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS).

Os trabalhadores aprovaram o retorno imediato à mesa de negociações, para revisão de toda a pauta de reivindicações apresentadas pelos trabalhadores.



CRÍTICA ÀS MEDIDAS QUE PREJUDICAM A CATEGORIA

Ainda nas assembleias, os trabalhadores protestaram pela política de proibição de emissão de guias sem ônus para realização de exames médicos periódicos, obrigatórios para uma precisa avaliação médica, restrição que nunca foi imposta na empresa, que sempre procurou primar por ter um diagnóstico preciso de seus trabalhadores e evitar riscos na execução de suas atividades.

Manifestaram indignação às propostas de retirada de benefícios (anuênio e quinquênio), a falta de correção das perdas inflacionárias dos benefícios pelo INPC, nenhuma resposta à nossa reivindicação pelo fim da GDI, com a incorporação nos salários de sua base (16,5%), como também a falta de propostas para o fim da política de portes, mesmo que progressivamente nos próximos anos, não resposta ao pedido de ganho real nos salários, demora no pagamento das diferenças da

PL de 2010, revisão da tabela salarial, dotação de recurso para assegurar a implantação e acertos do PCCS.

Os trabalhadores comentaram também o acordo coletivo de trabalho com reajuste de 8,29% mais 1% de ganho real nos salários, além de 1% de impacto no plano de cargos e salários conquistado pelos trabalhadores na Sabesp, em São Paulo, suplantando a choradeira de crise hídrica que é repetida em Minas.

Ao mesmo tempo, a diretoria plena do SINDÁGUA faz trabalho de mobilização em todo o Estado, para que os trabalhadores fortaleçam as ações do Sindicato, inibindo qualquer iniciativa patronal de reapresentar contraproposta tão danosa como esta que foi rejeitada.

A Copasa já foi oficializada pelo Sindicato da rejeição pelos trabalhadores, que solicitou a marcação de nova reunião e o retorno às negociações.

SINDICATO COBRA PAGAMENTO DA DIFERENÇA DA PL 2010

Além de discutir a “Pauta de Reivindicações” da categoria para o Acordo Coletivo de Trabalho 2015, o SINDÁGUA vem cobrando insistentemente da nova direção da Copasa o pagamento da diferença da PL de 2010, que foi vitoriosa nas três instâncias judiciais na ação movida pelo jurídico do sindicato.

Mesmo com a determinação judicial para que pagasse o que

subtraiu do direito dos trabalhadores, a antiga diretoria da empresa tomou todas as medidas protelatórias para burlar a justiça.

A direção do Sindicato cobra da atual direção que honre o compromisso e direito assegurado aos trabalhadores pela Justiça, evitando que a entidade ingresse com nova ação de cumprimento, o que poderia até mesmo penhorar bens ou receitas da empresa.

Querem diminuir o tamanho da Copasa?

Notícia publicada na imprensa na última semana sobre uma eventual iniciativa da Copasa em buscar investimento de R\$ 350 milhões e implantar um novo Plano de Desligamento Voluntário (PDV) deixou muitos trabalhadores inquietos.

A forma como a notícia é plantada na imprensa também assusta, quando fala em “enxugamento de funcionários”, quando sabemos que faltam trabalhadores em quase a totalidade do Estado, o que exige, inclusive nossas cobranças para reposição de vagas.

Ao longo dos últimos anos, os tucanos comeram postos de trabalho como se estivessem num milharal e precarizaram profundamente as estruturas da empresa em todos os quadrantes de Minas. São comuns os relatos de que trabalhadores precisam comprar do próprio bolso pedaços de canos, joelhos ou luvas para fazer reparos, diante das dificuldades de suprimento de almoxarifados locais.

Assusta ainda mais este discurso de “enxugamento de funcionários” neste momento trágico em que galopa no Congresso o projeto para escancarar a tericeirização até em serviços fins das empresas. Tal postura apenas faria a empresa encolher, perder concessões de serviços pela falta de funcionários qualificados e abrindo espaço para a concorrência principalmente de iniciativas privadas, como aconteceu lamentavelmente na cidade de Pará de Minas, com ameaças semelhantes sobre Santa Luzia, Montes Claros, Ubá e outras.

Será que pretendem transformar a Copasa em uma empresinha, furtando-se ao compromisso social com o saneamento em todo o Estado? O governo de Minas vai dar de ombros para a sua responsabilidade com a saúde sobretudo das populações mais pobres, que também precisam de água tratada para não sucumbirem por doenças sanitárias?

As respostas estarão nas atitudes que o Governo de Minas e a nova direção da Copasa demonstrarão para defender este sagrado direito dos mineiros, que não podem ficar nas mãos de iniciativas privadas para explorar um serviço essencial pensando apenas em lucros.

Trabalhadores em São Paulo têm reajuste salarial com ganho real



Os trabalhadores na Sabesp, empresa de saneamento de São Paulo, aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho que contempla a inflação acumulada de 8,29% e mais 1% de ganho real aplicado no Plano de Cargos e Salários. As negociações tiveram a intermediação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP), após o endurecimento da empresa nas negociações e ameaça de greve dos trabalhadores, que acabou sendo suspensa pelo Sindicato mediante à aceitação do acordo nos termos negociações no tribunal pelos patrões.

CONFIRA A PROPOSTA PELA CATEGORIA EM SÃO PAULO

- Reajuste salarial de 8,29% (IPC - FIPE + 1% de aumento real);
- Reajuste em julho de 1% de forma linear para todos os trabalhadores na aplicação do Plano de Cargos e Salários, perfazendo um total de 9,37% de reajuste salarial;
- Reajuste de 10% sobre os benefícios de vale-refeição e vale-alimentação;
- Reajuste de 8,29% sobre os demais benefícios;
- Manutenção da cláusula da garantia de emprego a 98% do efetivo, conforme acordo coletivo anterior;
- Manutenção da Cesta de Natal;
- Garantia do PPR 2015, com reuniões bimestrais para acompanhamento e análise de metas;
- Criação de uma comissão para tratar do Plano de Saúde;
- Isonomia salarial para todos os trabalhadores da Sabesp de Diadema;
- Os trabalhadores aprovaram também uma contribuição assistencial para o Sindicato de 1% dos trabalhadores sindicalizados e de 3% dos trabalhadores não sindicalizados, ambas divididas em duas vezes.